

CRÔNICA UNIVERSITÁRIA

MAGALHÃES DRUMOND

POR MÁRIO CASASSANTA

MUITAS lições nos deixam os professôres, por mais obscuros que sejam, porque o seu ofício consiste precisamente em colher, escolher e acentuar aquelas verdades que elevam e aperfeiçoam a vida das novas gerações.

Não vivem êles, com efeito, a observar, a ler e a refletir, para dizerem o que melhor achem para a direção dos homens e para a realização das tarefas humanas?

Seria útil que todos os homens capazes de analisar procedessem, na maturidade, a um balanço de sua formação, para nos darem a medida do que devem a seus mestres.

Outros rumos poderiam provir dêsse balanço para a organização do serviço da educação nacional, porque reveríamos êsse serviço à luz das lições salubres da experiência, contrapondo aos possíveis excessos das teorias discutíveis aquêle empirismo refletido que quase nunca nos leva a erros.

Os que examinarem o processo de sua formação não encontrarão decerto um só professor, por mais obscuro, que não lhes tenha legado alguma coisa, retificando-lhes um pensamento, apurando-lhes um sentimento ou aperfeiçoando uma atividade.

Quando, porém, o professor representa a soma de valores concretos que se nos deparavam em JOSÉ DE MAGALHÃES DRUMOND (1) não se lhe pode avaliar, em tôda a sua plenitude, a influência que exerceu, exerce e exercerá, nem, tanto

(1) O Professor José de Magalhães Drumond nasceu em Ouro Preto, em 20 de janeiro de 1883, e ali fêz o seu curso de humanidades. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo nela lecionado Direito Penal, cuja cátedra alcançou em brilhante concurso. Lecionou outras matérias do curso jurídico. No Colégio Estadual, de que foi também

menos, ponderar a contribuição que possa ter carreado e ainda venha a carrear para o nosso patrimônio espiritual.

A morte, com efeito, não corresponde para os homens de pensamento ao fim de tudo, na terra, porque, se o corpo se desfaz, alguma coisa fica de vivo e imperecível no domínio dos espíritos, passando de geração para geração, como as jóias de família que remontam ao fundo dos séculos.

Quem diria que, dissecando um problema moral ou político ou perdando uma injúria, um homem da rua, na Avenida Afonso Pena, esteja sendo a última ressonância de um certo Sócrates, que foi morto por ter amado a verdade, ou de um certo Jesus Cristo que pagou, com o perdão, no próprio ato do suplício, aos que o injuriaram e crucificaram?

Cada um de nós passa para a frente, pensando, sentindo ou agindo, um legado de preciosas lições, mas o professor tem precisamente por ofício êsse trabalho de transmissão.

Casos há em que, como um aparêlho de rádio, êle recebe as idéias e as transmite, sem se dar conta, ou dando-se conta imperfeita do que elas valem. Nem por isso deixam de ser úteis. Podem passar automaticamente para uma geração o que hajam recebido de outra geração. Redizem, sem cavar no que dizem, o que se lhes disse. Não passam de repetidores. São como um fio de arame entre duas estações telefônicas. Recebendo a fria mensagem, porém, lá virá uma geração ou um membro de uma geração que acolhe a mensagem, que a medite e compreenda, dela tirando o

catedrático, professou filosofia, psicologia, literatura e história. Participou intensamente da vida política, como presidente da Câmara de Santa Bárbara, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Deputado Estadual e Diretor do "Diário de Minas", órgão do P.R.M.

Deixou uma vasta obra que se acha dispersa em jornais e revistas, e alguns livros de altos méritos científicos, entre os quais *Aspectos do Problema Penal Brasileiro*, *Estudos de Psicologia*, *Criminologia e Direito Penal*, *Comentários ao Código Penal Brasileiro*.

suco de bem, de beleza e de verdade que encerre, para proveito próprio e de seu meio.

Não pertenceu à linhagem dêsses transmissores irreflexivos, insensíveis e inconscientes, êsse JOSÉ DE MAGALHÃES DRUMOND que Deus acaba de tirar para sempre de nosso convívio, aos 7 de outubro de 1949.

É que, elemento atuante, muita coisa teve que dizer em muitas oportunidades, e, como era na verdade êle mesmo, a saber um homem que gostava de ver com os próprios olhos e de pensar com a própria cabeça, pôde fazer uma larga e fecunda sementeira.

Não o tive como professor, e, por isso, não lhe pude medir de perto os dons pedagógicos. Colega de magistério, porém, no Colégio Estadual e na Faculdade de Direito, alguma informação colhi, aqui e ali, de um ou de outro aluno, de sua atividade.

O que conclui era que êle não se preocupava em dar às aulas o brilho e o ímpeto que trazia consigo.

Quer por excesso de atividades, quer pelo concurso de outras cogitações, quer pela fadiga e pela doença, o que é certo é que as aulas não lhe refletiam o grande merecimento.

Entretanto, embora fôsse êsse o testemunho uniforme de alunos, em poucos momentos de expansão, observei que todos o amavam, avaliando-lhe devidamente os tesouros do coração e do espírito.

Parece que JOSÉ DE MAGALHÃES DRUMOND era dêsses professores que ensinam mais fora do que dentro da escola, porque, se dentro das paredes de uma sala se mostram frios ou embaraçados, fora delas, num canto da rua ou numa roda discreta, sabem fazer o melhor e o mais proveitoso ensino.

A conversa era para êle um exercício de reflexão, e quem quer que o haja conversado deverá ter recolhido mais de uma observação sutil.

Certa vez, ao tomarmos o nosso café na sala de professores de nossa Faculdade, um aluno, que nos solicitara

informações acêrca de alguns trabalhos de RUI e sôbre RUI, censurou a falta de senso prático do grande brasileiro.

— Não se esqueça — disse-lhe eu — a tese de CLEMENCEAU, em seu *Demóstenes*, de que o orador é um homem de ação...

E MAGALHÃES DRUMOND acrescentou de pronto, com objetividade e agudeza:

— Para Você medir bem o poder de ação e o senso prático de RUI, seu moço, basta lembrar-lhe que, interrogado por um jornalista o que pensava dos problemas de nossa viação, êle respondeu que a solução da viação no Brasil estava na aviação, e isso numa hora em que o Edú Chaves era aclamado herói por ter feito um vôo do Rio a São Paulo.

Outra vez, no mesmo lugar, um estudante acentuava que o mal do Brasil provinha do bacharelismo.

— Não diga isso — acudiu MAGALHÃES DRUMOND — o que há no Brasil é obra do bacharel. Bacharel é o que estuda e vê um pouco mais além do que os outros. Estude melhor a nossa história e acabará por mudar de idéia.

Não me esquecerei também de que, propugnando, numa comissão de que fazíamos parte, para que se aumentasse no currículo jurídico a parte prática, não só porque me parecia necessária, mas principalmente porque os alunos censuravam a falta de treino profissional, objetou-me, como quem havia ponderado com vagar o assunto:

— Não pense nisso. O que esta rapaziada precisa é de teoria e de muita teoria. A prática não depende de professor. Virá com o próprio exercício de profissão...

O tom peremptório causou-me estranheza, mas, se hoje não penso totalmente como êle, já não penso como pensava há dez anos, tal o caminho que percorri no sentido das idéias que êle adotava.

Outros reparos poderia aqui ajuntar, nos poucos contactos que tivemos, e comigo quantos não poderiam trazer o seu contingente?

É que MAGALHÃES DRUMOND sabia pensar. As coisas mais simples abriam-lhe ensejo para a reflexão. O que outros não viam, e, se vissem, não sabiam dizer, êle o via e expunha, com clareza e precisão.

Não era avultada a soma de suas leituras, se se compara com a média de nossos estudiosos. Os seus ensaios, discursos ou arrazoados não trazem de acarrêto, como diziam os clássicos, aquela procissão de autoridades como que é vezo entre nós, sobretudo nos meios forenses, enfeitar os escritos ou para abonar opiniões ou para demonstrar cultura.

Se lia muito, longe estava do que costumamos chamar um devorador de livros. Deveria ser um daquêles leitores de boa casta, de que fala MACHADO DE ASSIS, casando bem a reflexão à impressão. Refletia muito. Refletia mais do que lia. Qualquer conceito alheio saía de suas mãos com uma inconfundível nota pessoal.

Possuia uma excelente máquina de pensar justo, certo e claro, e isso vale alguma coisa num meio em que a erudição geralmente se manifesta na repetição de idéias alheias para gentes alheias.

Se lia bem, não revelava menor esmêro no tocante à qualidade de suas leituras. Seleccionava-as com o cuidado de quem quer ler, numa vida curta, o que há de melhor.

Tinha evidentemente um programa, que, além de profissão de advogado que conhecia como mestre, tinha o objetivo menos vulgar de estudar as coisas brasileiras.

O que lia nos livros de devoção levava por objetivo apurar-lhe a vista para melhor observação de nossas coisas, com o louvável propósito de acautelar-se, quanto possível, de observá-las e trabalhá-las, com critérios peregrinos.

O estudo não lhe deformou a visão de nossa realidade, pois — estudioso, com uma segura noção das correntes de pensamento de seu tempo — teve olhos claros para os nossos problemas, que penetrara fundamente.

Lembra-me (não era êle ainda professor da Faculdade de Direito e eu nela acabava de entrar, como aluno do primeiro ano), o nosso primeiro encontro. Êle dirigia a *Revista*

Mineira. Dizia coisas novas e de modo novo, numa linguagem esmerada, clara, elegante. Aproximou-nos um homem que lhe consagrava uma verdadeira paixão. Nunca pude fixar-lhe bem o nome. CONCEIÇÃO ? PAIXÃO ? Muitas vêzes lhe chamei PAIXÃO, não sem receio, talvez porque o que mais me impressionara nele fôsse o raro dom de afeição e admiração, que nele se manifestava, de um homem para com outro homem.

CONCEIÇÃO ou PAIXÃO, inteligente e generoso, como se pode presumir pelo simples fato de compreender e admirar intensamente outro homem, disse-me tais e tantas coisas dêsse MAGALHÃES DRUMOND que viera, havia pouco de Santa Bárbara, que me incutiu, logo na primeira conversa que tivemos, o desejo de conhecê-lo.

Minas vivia uma hora de intensa vida política. Presidente do Estado, ARTUR BERNARDES convocara para perto de si um brilhante núcleo de homens, organizando a falange que o havia de levar à presidência da República. RAUL SOARES estava na plenitude de sua fôrça.

— Mas o RAUL SOARES..., começavamos nós, querendo demonstrar ao PAIXÃO ou CONCEIÇÃO que possuíamos valores extraordinários.

— o FRANCISCO CAMPOS..., tentava outro.

— o JOSÉ ANTÔNIO NOGUEIRA..., ensaiava terceiro.

E o nosso homem a insistir:

— Qual RAUL nem CALÓGERAS nem NOGUEIRA. Vocês estão muito enganados. O assombro é o MAGALHÃES DRUMOND. Vocês verão, vocês verão.

Moços ainda e com o natural desejo de abrir caminho, que deveríamos fazer com o homem de uma *Revista* senão concordar pelo menos em parte ?

Dias depois, CONCEIÇÃO ou PAIXÃO que mal me conhecia (um breve encontro de esquina e a vaga apresentação de outro estudante), descia pela rua da Bahia com MAGALHÃES DRUMOND, e, ao dar de frente comigo, fêz-me parar, a fim de apresentar o seu homem.

MAGALHÃES DRUMOND acolheu-me com a simplicidade, polidez e bondade que sempre o caracterizaram, e a conversa estirou-se.

Andava eu, ao tempo, às voltas com estudos brasileiros. Estava descobrindo o meu Brasil, aprendendo-lhe a evolução através de EUCLIDES, CAPISTRANO, VARNHAGEN, procurando-lhe o pensamento político em EDUARDO PRADO, ALBERTO TÔRRES, RUI BARBOSA, tateando-lhe a filosofia em TOBIAS, SÍLVIO ROMERO, JOSÉ VERÍSSIMO, FARIAS BRITO, lendo os seus prosadores, escutando as vozes de sua poesia. O verbo de BILAC ainda agitava o espírito da juventude. Sôbre as cinzas da guerra, o nacionalismo ressurgia, em tôdas as nações, trazendo, em algumas delas, como na Itália, uma seiva violenta e uma forma nova. Andava por aqui um JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA, que sabia dizer idéias sãs em formas sãs. A *Revista de Língua Portuguesa* rasgava novos horizontes para os estudos da língua. JACKSON DE FIGUEIREDO dava-nos o encanto da *Ordem*. A *Revista*, de MONTEIRO LOBATO, constituía, como o próprio LOBATO, um programa de nós sermos nós mesmos. O modernismo mal ensaiava, em nossas letras, um regresso ao Brasil...

O que MAGALHÃES DRUMOND me deitou no espírito, já de si incendiado, dá-me hoje a impressão de petróleo em cima de uma fogueira.

— Precisamos observar o Brasil — dizia-me êle — para retificarmos a nossa noção de Brasil. Os nossos sábios revelam, em matéria de Brasil, uma deplorável ignorância.

Como eu lhe alegasse alguns nomes, que lhe contrariassem a tese, porque possuíam por igual a curiosidade do Brasil, respondia:

— Sem dúvida. Não julgue, porém, por êsses poucos. Veja principalmente os grandes. Imagine só o que lucraríamos, se um RUI BARBOSA pusesse de parte a sua biblioteca, consagrando algum tempo à consideração de nossa gente e de nossas coisas, para definir os nossos caminhos.

Que não veriam aquêles olhos penetrantes? Que programa de ação não nos traçaria aquela inteligência poderosa?

Logo adiante:

— Precisamos retificar a nossa noção de Brasil. Quem disse que tudo aqui é grande, menos o homem, não estava sabendo o que dizia. Nem o meio é grande, se por grandeza se entende riqueza, nem o homem é pequeno se por pequenez, se quer dizer incapacidade.

Estivemos no tempo da guerra ao coronelismo político, e, porque o trouxéssemos à baila, asseverou-nos:

— Quer saber, seu CASASSANTA? Os coronéis são os que melhor conhecem o meio. São êles ainda os que nos salvam. Vivem no interior, no trato direto de nossos homens e de nossas coisas, e têm a virtude de não ler sociólogos. Êles observam, êles conversam, êles recolhem as lições de coisas que a vida brasileira oferece. Não sei onde estaríamos, a estas horas, se êsses bois de coice não moderassem as alucinações dos semi-letrados...

Depois, muitas vêzes nos encontramos. Viemos a ser companheiros de cátedra no Colégio Estadual e na Faculdade de Direito. Os anos vieram-lhe atenuando o ímpeto, mas até o fim manteve a mesma *forma mentis*. Gostava de ver com os seus olhos. Gostava de medir as idéias alheias com o seu próprio metro.

Tome-se-lhe qualquer trabalho e ver-se-á que êle era sempre êle.

Numa aula inaugural da Universidade, acentuou, por exemplo, a falta de coordenação dos cursos. Não trouxe a lição dos outros países, para apontar caminho. Preferiu, como sempre, ver o que eramos, para dizer o que pensava.

“Infelizmente, isso não se dá, mas bem ao contrário, clamava êle. E disto as próprias organizações oficiais de ensino dão a confissão explícita, expressa, com exigirem a prestação do exame de admissão nos ginásios e vestibular nas Academias, providência cuja prática tem servido a demonstrar a falha que apontamos: a desconexão, a falta de coordenação, de continuidade, de sistema, de que se ressentem

a nossa organização de ensino. Meninos que terminaram com excelentes notas o curso primário não lograrão a mínima das médias no exame para a admissão no Ginásio, se não se socorrerem das lições do magistério particular. Moços com o curso de preparatórios, portadores mesmo da carta de bacharel em letras, não poderão enfrentar as provas do *vestibular* sem que a êste se habilitem freqüentando cursos particulares...

A sua obra científica denota o mesmo espírito de observação, a mesma fôrça de bom senso, o mesmo desassombro em afirmar.

Aspectos do problema penal brasileiro, Estudos de Psicologia, Criminologia e Direito Penal, Comentários ao Código Penal Brasileiro, recolhem um rico pensamento que, se reflete o que de melhor tem criado o mundo moderno, está bem longe de ser uma dessas compilações de conclusões alheias que via de regra costumam ser estudos dessa ordem entre nós.

Longe disso, o preclaro mestre nada dentro de sua disciplina como peixe dentro d'água, e, porque senhor de todos os fios de seu domínio, trava o seu pensamento de modo muito seu.

Não era, repetimos e insistimos, homem para reproduzir o pensamento alheio, sem contraste, porque tinha no próprio sangue aquela regra cartesiana de que não devemos admitir uma opinião, sem assentimento, e, pois, sem reflexão nem adesão consciente.

Exemplo típico dessa posição de espírito está na discordância que revela, logo nas primeiras páginas de seus *Comentários ao Código Penal*, — da conceituação formulada pelo ilustre NELSON HUNGRIA ao fundamento jurídico da legítima defesa.

O pensamento, que tem por si boas autoridades, é êste:

“Só há *direito*, quando há *obrigação* correlativa, e seria absurdo dizer-se que o *agressor* tem a obrigação de se deixar matar.”

Objeta o saudoso mestre, e isso servirá de amostra de seu sólido modo de pensar e de seu característico modo de dizer:

“Isso dizem NELSON HUNGRIA e MARSICO como fundamento ao não reconhecimento da *legítima defesa* como direito — como se as relações jurídicas entre *agressor* e *agredido*, comesçassem, se originassem de fato da *agressão*; no entanto — peço licença para observar — como relações entre seres humanos, elas preexistem àquele fato, que, longe de lhes marcar o início, apenas enseja o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações que, uns e outros, de tais relações se originam. Porque, não apenas em face de quem o agride, mas também em face de quantos com quem convive, tem cada ente humano o *direito de viver*. *Direito de viver em paz. Na paz jurídica*. Porque, não somente em face daquele a quem agride, mas também em face de quantos com quem convive, tem cada ser humano a obrigação de respeitar noutrem aquêle *direito de viver na paz jurídica*, o qual se objetiva na fruição tranqüila, imperturbada de *todos os direitos*. E que são direitos senão interesse humanos considerados merecedores da proteção do Estado, e, por isto mesmo, postos efetivamente sob tal proteção? E dos interesses humanos qual outro, tão digno de proteção, que outro tão merecedor de ter convertido em *direito* quanto o *interesse de viver*? Nenhum outro tão importante, tão essencial, tão indispensável quanto êsse, que é, a um tempo, condição e finalidade de todos os outros interesses. Necessariamente, o *interesse de viver* se converteria no *direito de viver*.”

Não entremos no mérito da questão, que, sem mais devido exame, parece bem resolvida pelo nosso ilustre companheiro.

Notemos apenas que, partindo da conceituação de SHERING de que o direito é o interesse juridicamente protegido, não podia ser outra a sua conclusão.

Direito é o interesse juridicamente protegido; a defesa da vida é o mais importante dos interesses; logo, a defesa não é só direito, mas o mais importante dos direitos.

Observemos, sobretudo, o seu curioso modo de raciocinar e expor. Faz a afirmação e insiste, grifando e repetindo, o que lhe parece fundamental.

“... tem cada ser humano o *direito de viver. Direito de viver em paz. Na paz jurídica.*”

Poderia ter dito: tem cada ser humano o direito de viver em paz. Nada. Quebra os elementos da oração. Separa o apôsto do fundamental por ponto final. Desagrega o adjunto adverbial por ponto. Os gramáticos ortodoxos ficarão horrorizados com êsse modo de compor, mas nada poderão objetar contra êle, porque a clareza é realmente cristalina.

Não formula apenas as opiniões, mas interpela o adversário. Não se teme de repetições. *Viver em paz. Na paz jurídica.* Logo adiante, como quem perde o fio ao pensamento: E dos interêsses humanos *qual outro*, tão digno de proteção, *que outro* tão merecedor...?

Não menos curiosas são as suas proposições causais, pois, à maneira dos clássicos, faz a afirmação, põe ponto, e, a seguir, vem com os seus *porquês*.

Pondere-se bem e verificar-se-á que se trata antes de um orador, advogado ou professor, que fala, do que um escritor que alinhe idéias, no remanso do gabinete.

MAGALHÃES DRUMOND é um escritor gesticulador, interpelador, esgrimidor, que grita, objeta, discute, defendendo um pensamento científico com o arremêso de quem propugna um pensamento político.

Num dos nossos últimos encontros, ao trocarmos idéias sôbre a cultura jurídica italiana, acrescentou, depois de fazer-lhe a devida justiça:

— Mas êles escrevem demais...

Não escrevem demais, respondo-lhe eu agora que a grande noite nos separa, e, se escrevesse, Você deveria perdoar-lhes, porque escrevem como Você, com essa vivacidade, com êsse calor, com êsse vigor que fazem de seu estilo alguma de colorido, quente e movimentado no meio da prosa pacata, direta, incolor e lisa da maior parte de nossas obras jurídicas...